

QUESTÃO 01

Analise as afirmativas que seguem:

1. É entidade de classe de âmbito nacional - como tal legitimada à propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade (CF, art 103, IX) - aquela na qual se congregam associações regionais correspondentes a cada unidade da Federação, a fim de perseguirem, em todo o País, o mesmo objetivo institucional de defesa dos interesses de uma determinada classe.
2. A concessão da medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade não torna aplicável a legislação anterior acaso existente.
3. O direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

Está (ão) **correta (s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

QUESTÃO 02

Analise as afirmativas que seguem

1. Conflita com a igualdade almejada pelo concurso público o empréstimo de pontos a desempenho profissional anterior em atividade relacionada com o concurso público.
2. Não será objeto de deliberação emenda tendente a abolir a forma republicana de governo.
3. O mandado de segurança pressupõe fatos incontroversos, pelo que não se admite dilação probatória.

Está (ão) **correta (s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

QUESTÃO 03

Analise as afirmativas que seguem:

1. A posterior sanção do projeto de lei supre a falta de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
2. A alteração superveniente do paradigma necessário à verificação da procedência ou improcedência do pedido formulado gera situação caracterizadora de total prejudicialidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
3. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal.

Está (ão) **correta (s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

QUESTÃO 04

Analise as afirmativas que seguem:

1. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
2. A circunstância de a ação de inconstitucionalidade sustentar ofensa a norma da Carta estadual, que constitua repetição de norma da Constituição Federal, é, em si, suficiente a autorizar, pela via da reclamação, interdite o STF o conhecimento e julgamento do litígio de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça local.
3. Não cabe Recurso Extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

Está (ão) **correta (s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

QUESTÃO 05

Analise as afirmativas que seguem

1. É vedada a adoção de quaisquer requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime previdenciário próprio dos servidores públicos.
2. A contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.
3. O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II, do mesmo artigo.

Está (ão) **correta (s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 06

O HEMOPE é uma fundação que integra a administração pública do estado de Pernambuco. Sobre a organização administrativa do estado brasileiro, é **correto** afirmar:

- A) Ao instituir uma fundação, o estado de Pernambuco realiza uma distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, fenômeno conhecido como desconcentração administrativa.
- B) Uma fundação é um órgão despersonalizado da administração pública, embora dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
- C) Com natureza jurídica de direito privado, as fundações instituídas pelo Poder Público não precisam obedecer aos princípios norteadores da Administração Pública, inclusive o da licitação.
- D) Instrumentos de descentralização administrativa, as fundações têm personalidade jurídica e dotação patrimonial próprias para desempenhar as atividades a elas atribuídas.
- E) A criação de uma fundação, mediante lei, é uma forma de desconcentração administrativa, consistente na instituição de pessoas jurídicas de direito público ou privado no âmbito da administração indireta.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa **incorreta**, a respeito da materialização dos princípios da Administração Pública:

- A) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé representa concretização do princípio da moralidade.
- B) A criação de obrigações e imposição de vedações mediante portaria contraria o princípio da legalidade.
- C) A adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, é uma exigência do princípio da proporcionalidade.
- D) A proibição constitucional de promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em atos, programas, obras, serviços e campanhas públicos está atrelada ao princípio da impessoalidade.
- E) A indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a adoção de uma decisão é imposta pelo princípio de presunção de legitimidade dos atos administrativos.

QUESTÃO 08

Ao estabelecer as exigências para habilitação em licitações, a Administração Pública deve obedecer aos limites impostos pela Lei Federal n. 8.666/93. Assim, seria **ilícita** a exigência de:

- A) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- B) Comprovação de propriedade de máquinas e equipamentos essenciais ao cumprimento do objeto da licitação.
- C) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- D) Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- E) Garantia de participação até o limite de 1% do valor estimado da licitação.

QUESTÃO 09

Assinale entre as alternativas abaixo o fato que **não** é motivo suficiente para a revisão das cláusulas econômico-financeiras nos contratos administrativos:

- A) O aumento da alíquota de tributo, vigente no exercício financeiro correspondente ao ano da apresentação da proposta vencedora no processo de licitação.
- B) A variação extraordinária e imprevisível do custo de insumos essenciais para a execução do contrato, motivada por fatos imprevisíveis e extraordinários.
- C) O acréscimo de despesas para o contratado decorrente da prorrogação de prazo contratual por falta de recursos financeiros da Administração Pública.
- D) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- E) Modificação unilateral de obrigações contratuais que cause ônus adicionais ao contratado.

QUESTÃO 10

Sobre os atos administrativos, é correto afirmar:

- A) Os atos administrativos que manifestem o exercício de poder de polícia dispensam observância ao princípio da proporcionalidade.
- B) Os atos administrativos discricionários sempre podem ser praticados sem exposição de motivos, pois a Administração tem total liberdade ao editá-los.
- C) O ato administrativo é vinculado quando ao Administrador for possível decidir agir ou não perante uma situação concreta, de acordo com seu juízo de conveniência e oportunidade.
- D) Os atos administrativos discricionários estão submetidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo possível sua revisão judicial na hipótese de afronta a esses princípios.
- E) O ato administrativo jamais poderá ser convalidado se praticado por autoridade incompetente.

QUESTÃO 11

Modernamente, são diversas as formas de parceria existentes entre o Poder Público e a Iniciativa Privada. A respeito dos instrumentos jurídicos de parcerias, assinale a alternativa incorreta:

- A) Os contratos de gestão podem ser celebrados com instituições sem fins lucrativos qualificadas como organizações sociais, com atuação na área de saúde, entre outras.
- B) As concessões são instrumentos para delegação da prestação de serviços públicos, mediante licitação, na modalidade tomada de preços, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho.
- C) Os termos de parceria podem ser celebrados com instituições sem fins lucrativos qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, para a promoção gratuita da saúde, entre outros objetivos.
- D) Os convênios são formas de ajuste para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, enquanto os contratos contrapõem interesses diferentes.
- E) São vedadas as terceirizações de atividades-fins de entidade da Administração Pública.

QUESTÃO 12

É correto afirmar, sobre a responsabilidade dos servidores públicos:

- A) A responsabilidade civil é de ordem patrimonial e decorre da norma do artigo 186 do Código Civil, salvo nos casos em que houver lei expressa em contrário.
- B) A responsabilidade é objetiva, independentemente de dolo ou culpa, segundo a norma do art. 37, §6º, da Constituição Federal.
- C) Se causado danos a terceiros, a responsabilidade do Estado é objetiva e integral, sem direito de regresso contra seus funcionários, ainda que tenham agido com culpa ou dolo.
- D) Se o servidor pratica ilícito administrativo testemunhado pela autoridade superior, poderá ser punido sem a necessidade de processo administrativo.
- E) A absolvição do servidor na esfera penal nunca influenciará o processo administrativo disciplinar para apuração do mesmo fato, pois as instâncias são incomunicáveis.

QUESTÃO 13

Sobre o Mandado de Segurança, assinale a alternativa incorreta:

- A) Em alguns casos, podem ser sujeitos passivo de mandados de segurança agentes de pessoas jurídicas de direito privado.
- B) A controvérsia sobre matéria de direito não impede a concessão de mandado de segurança.
- C) No mandado de segurança, não existe a fase de instrução.
- D) Não se admite a impetração de mandado de segurança contra ato omissivo.
- E) É possível a impetração de mandado de segurança preventivo, quando houver ameaça de lesão.

QUESTÃO 14

Analise as afirmativas que seguem:

1. A evicção é instituto de garantia, portanto irrenunciável, aplicável tanto nos contratos de compra e venda, como nos contratos de doação.
2. O conteúdo de imprevisibilidade do fato superveniente modificador da condição das partes contratantes é requisito essencial para a aplicação da Teoria da Onerosidade Excessiva, nos termos no Novo Código Civil.
3. Tecnicamente, um contato de adesão não pode ser entendido como contrato, pois lhe faltam as características de bilateralidade, onerosidade, bem como falta de manifestação de vontade de uma das partes.
4. A cláusula “*rebus sic stantibus*” e a Teoria da Imprevisão são expressões e institutos sinônimos, voltados à revisão e extinção dos contratos.

Dentre as afirmativas acima:

- A) Nenhuma está correta.
- B) Apenas uma está correta.
- C) Apenas duas estão corretas.
- D) Apenas três estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 15

Analise as afirmativas que seguem:

1. Tal como se dá com o usucapião, a apreensão da coisa é modo aquisitivo originário da posse.
2. Visando à punição do dolo e da malícia, estabelece a lei civil pátria que o possuidor de má-fé perde o direito de ser reembolsado das despesas efetuadas com a produção e custeio dos frutos colhidos e percebidos.
3. O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
4. O usucapião é sempre forma originária de aquisição da propriedade.

Dentre as afirmativas acima:

- A) Nenhuma está correta.
- B) Apenas uma está correta.
- C) Apenas duas estão corretas.
- D) Apenas três estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 16

Analise as afirmativas que seguem:

1. A responsabilização civil no Novo Código Civil é, como regra geral, subjetiva, respondendo-se, todavia, independentemente de culpa, se a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
2. A responsabilização objetiva é a regra geral nos casos em que a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
3. A responsabilidade dos tutores pelos atos praticados por seus pupilos é exemplo de responsabilidade civil transubjetiva.
4. O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, salvo se provar culpa da vítima ou força maior.

Dentre as afirmativas acima:

- A) Nenhuma está correta.
- B) Apenas uma está correta.
- C) Apenas duas estão corretas.
- D) Apenas três estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 17

Analise as afirmativas que seguem:

1. Nos casos de lacuna da lei, nos termos na Lei de Introdução ao Código Civil, o juiz deve julgar com base na equidade, analogia, princípios gerais do direito ou costumes.
2. O nascituro, apesar de não ser pessoa, deve ser considerado sujeito de direitos, resguardando-se suas faculdades jurídicas até o seu nascimento com vida.
3. Domicílio e residência são institutos jurídicos idênticos, que determinam onde o cidadão pode ser encontrado habitualmente.
4. A incapacidade absoluta da pessoa é considerada como causa de interrupção do prazo prescricional.

Dentre as afirmativas acima:

- A) Nenhuma está correta.
- B) Apenas uma está correta.
- C) Apenas duas estão corretas.
- D) Apenas três estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 18

Analise as afirmativas que seguem:

1. A nova fase processual de cumprimento de sentença é aplicável a todas as espécies de títulos executivos.
2. Com a introdução do cumprimento de sentença está extinta a execução como processo autônomo.
3. A fase de cumprimento de sentença, continuidade do processo de conhecimento após o trânsito em julgado da decisão de mérito, admite defesa em caráter incidental ao próprio processo.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmativa 1 correta.
- B) Apenas a afirmativa 2 está correta.
- C) Apenas a afirmativa 3 está correta.
- D) As afirmativas 1 e 3 estão corretas.
- E) As afirmativas 1 e 2 estão corretas.

QUESTÃO 19

O art. 10 da Lei nº. 10.259, de 12 de julho de 2001 (Lei dos Juizados Especiais Federais) determina que as partes “poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não”. O dispositivo citado influi no seguinte instituto formal do processo civil:

- A) Legitimidade para a causa.
- B) Capacidade postulatória.
- C) Capacidade de estar em juízo.
- D) Capacidade de ser parte.
- E) Legitimidade para o processo.

QUESTÃO 20

Analise as afirmativas que seguem

1. Pode o juiz, diante de reiteradas ações idênticas, proferir imediata sentença de mérito, no juízo de admissibilidade, sem que haja a citação do réu.
2. A prescrição, independentemente da disponibilidade do direito pretendido, poderá ser decretada de ofício a qualquer tempo, ainda que não suscitada pela parte demandada.
3. O juiz poderá proferir, desde logo, sentença de mérito para decretar a decadência do direito pretendido.

Assinale a alternativa correta:

- A) As afirmativas 1, 2 e 3 são incorretas.
- B) As afirmativas 1 e 2 são incorretas
- C) As afirmativas 2 e 3 são incorretas.
- D) Apenas a afirmativa 3 é incorreta.
- E) As afirmativas 1, 2 e 3 são corretas.

QUESTÃO 21

Considerando as recentes modificações operadas em nosso sistema recursal civil, assinale a alternativa correta:

- A) As alterações sofridas pelo recurso de agravo extinguiram sua modalidade por instrumento.
- B) Interposto recurso de agravo na modalidade por instrumento será obrigatória sua conversão em agravo retido.
- C) É ato discricionário do juiz relator do recurso de agravo decidir pela sua conversão para a modalidade retida.
- D) Terá de ser retido o agravo contra decisão proferida após a prolação da sentença.
- E) Da decisão que concluir pela ausência de lesão grave e de difícil reparação, presente ou futura, convertendo a modalidade de agravo, não caberá recurso.

QUESTÃO 22

Sobre a abertura de instância recursal, na modalidade adesiva, é correto afirmar que:

- A) poderá haver interposição ainda que o recurso originário seja inadmitido por intempestivo.
- B) dispensa esta a sua interposição simultânea às contrarrazões de recurso.
- C) a renúncia ao recurso originário impede o seu conhecimento, bem assim o segundo, a este adesivo, em todas as circunstâncias.
- D) não está sujeita ao recolhimento de custas recursais, vez que depende diretamente do recurso originário.
- E) caberá em todas as modalidades recursais em que haja abertura de prazo comum às partes.

QUESTÃO 23

Analise as afirmativas abaixo:

1. Aos empregadores equiparam-se, exclusivamente para efeitos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
2. O contrato de trabalho poderá ser acordado com prazo determinado ou mesmo sem definição temporal. No primeiro caso, somente será válido em se tratando de: a) serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, b) admissões que representem acréscimo no número de empregados, c) atividades empresariais de caráter transitório, d) contrato de experiência.
3. O contrato de trabalho regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho não exige solenidade, podendo ser acordado inclusive tacitamente. Porém, é exigência legal que em 48 horas haja formalidade posterior ao avençado, com o registro do avençado em documento específico, a Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Apenas a afirmativa 1 está correta.
- B) Apenas a afirmativa 2 está correta.
- C) Apenas as afirmativas 1 e 3 estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas 2 e 3 estão corretas.
- E) As afirmativas 1, 2 e 3 estão corretas.

QUESTÃO 24

Analise as afirmativas abaixo:

1. O contrato de trabalho temporariamente perde vigência quando ocorre a sua interrupção, estabelecendo-se, pois, ao retorno dos compromissos recíprocos entre os seus sujeitos, dois liames para cada lapso de cumprimento contratual, que ao fim e ao cabo presume-se um só, somando-se os períodos contínuos, em virtude do princípio da continuidade da relação de emprego.
2. Na suspensão do contrato de trabalho tem-se como certo que não há a prestação dos serviços pelo empregado, ou seja, não há nem trabalho nem remuneração, mantendo-se vivo, porém, o contrato apesar disto. Exemplo claro, é a licença não remunerada em virtude de doença justificada, após o 15º (décimo quinto) dia de afastamento do obreiro e a doação de sangue pelo trabalhador, sendo possível por apenas um dia ao ano.
3. A aposentadoria por invalidez proporciona a interrupção do contrato empregatício, durante o prazo de afastamento do emprego prescrito pelo órgão previdenciário, até que seja observada a possibilidade de retorno ao trabalho.

Está (ão) **incorreta (s)**:

- A) 1, apenas.
- B) 2, apenas.
- C) 1 e 2 apenas.
- D) 2 e 3, apenas.
- E) 1, 2 e 3.

QUESTÃO 25

Analise as afirmativas abaixo:

1. O exercício de trabalho em condições com comprovada insalubridade, de acordo com as normas e limites de tolerância estabelecidos administrativamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assegura a percepção do adicional respectivo em 40% (quarenta por cento), 15% (quinze por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo, de acordo com a classificação da insalubridade em graus máximo, médio e mínimo.
2. De acordo com a reiterada jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a eliminação da insalubridade em virtude do fornecimento de materiais específicos de proteção ao trabalhador, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), ainda que não aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, exclui a percepção do respectivo adicional.
3. Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, cumprida integralmente a jornada de trabalho no período noturno e esta vindo a ser prorrogada, também é devido o adicional quanto às horas da prorrogação.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Apenas a afirmativa 1 está correta.
- B) Apenas a afirmativa 3 está correta.
- C) As afirmativas 1 e 2 estão corretas.
- D) As afirmativas 2 e 3 estão corretas.
- E) As afirmativas 1, 2 e 3 estão incorretas.

QUESTÃO 26

Analise as afirmativas abaixo:

1. O acordo para a compensação de jornada de trabalho, o conhecido “Banco de Horas”, somente poderá ocorrer legalmente se definido por Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, conforme especificação prescrita na norma que regulamenta a matéria.
2. Aos dissídios levados ao conhecimento da Justiça do Trabalho sempre é obrigatória a tentativa de conciliação, seja no caso dos conflitos individuais ou coletivos. Não havendo acordo entre as partes, o juízo conciliatório converte-se obrigatoriamente em juízo arbitral, proferindo decisão, não vedada, entretanto, outra tentativa de conciliação antes do *decisum*.
3. Ao empregado é facultado a conversão de 1/3 (um terço) do lapso de férias que tiver direito, em um abono pecuniário no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, devendo, porém, ser requerido ao empregador até 15 dias antes do final do período aquisitivo.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Apenas a afirmativa 1 está correta.
- B) Apenas a afirmativa 2 está correta.
- C) As afirmativas 1 e 3 estão corretas.
- D) As afirmativas 2 e 3 estão corretas.
- E) As afirmativas 1, 2 e 3 estão corretas.

QUESTÃO 27

Analise as afirmativas que seguem:

1. Não pratica delito de peculato o mesário da justiça eleitoral que, no exercício de tal função, apropria-se de bem pertencente à administração pública, uma vez que, não possuindo cargo público, não figura como sujeito ativo desse delito.
2. Também pratica peculato impróprio o particular que, conscientemente, realiza ato de subtração de bem público juntamente com funcionário público, desde que este tenha se prevaletido da facilidade que lhe proporciona o cargo.
3. O peculato-desvio, também chamado pela legislação de emprego irregular de verbas públicas, perfaz-se quando funcionário público dá destino diverso a dinheiro ou valor que tem a posse em razão do seu cargo.

Está (ão) **correta(s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

QUESTÃO 28

Analise as afirmativas que seguem:

1. A conduta de solicitar vantagem indevida, que caracteriza o delito de concussão, pode ser praticada direta ou indiretamente pelo funcionário público.
2. A simples aceitação da promessa de vantagem indevida pelo funcionário público já caracteriza o momento consumativo do delito de corrupção passiva, independentemente da real percepção de tal vantagem.
3. É possível, em determinada situação concreta, que ocorra a corrupção passiva sem que, no entanto, esteja caracterizada também a corrupção ativa.

Está (ão) **correta(s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

QUESTÃO 29

Analise as afirmativas que seguem:

1. Não pratica o delito de advocacia administrativa o advogado particular que oferece vantagem a servidor para determiná-lo à prática de ato com infração de dever funcional.
2. A simples ausência do funcionário ao serviço público, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, não caracteriza o delito de abandono de função.
3. Pratica o delito de prevaricação o funcionário público que, tomando conhecimento de infração praticada por seu subordinado, deixa de responsabilizá-lo ou de noticiar o fato à autoridade competente por excesso de tolerância.

Está (ão) **correta(s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.

QUESTÃO 30

Analise as afirmativas que seguem:

1. O delito de resistência se caracteriza como oposição pacífica à execução de ordem legal emanada de funcionário público competente.
2. Pratica usurpação de função pública aquele que, a fim de obter vantagem indevida, passa-se por funcionário público, ludibriando terceiras pessoas.
3. A doutrina e a jurisprudência têm exigido que, para a caracterização do delito de desacato, a ofensa ocorra na presença do funcionário público.

Está (ão) **correta(s)**:

- A) apenas a afirmativa 1.
- B) apenas a afirmativa 2.
- C) apenas a afirmativa 3.
- D) apenas as afirmativas 1 e 2.
- E) apenas as afirmativas 2 e 3.